

PROVÍNCIA DO KUANZA NORTE
GRUPO PROVÍNCIAL DE AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE

**AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO A INSEGURANÇA
ALIMENTAR**
(Novembro 2003/Abril de 2004)

Membros do grupo:

- MINARS
- IDA/MINADER
- CARITAS
- CTB
- MINSA
- GEPE
- MSF/F
- OMS
- PAM
- UTCAH

Ndalatando/Maio de 2004

Índice

	Página
Resumo executivo	3
1. Introdução	4
2. Acessibilidade e população	4
2.1 <i>Acessibilidade</i>	4
2.2 <i>População</i>	5
3. Produção Alimentar	5
3.1 <i>Aspectos gerais</i>	5
3.2 <i>Análise do desenvolvimento da campanha agrícola</i>	5
3.3 <i>Estimativas de produção e reservas alimentares</i>	6
3.4 <i>Avaliação das necessidades para aproxima campanha agrícola</i>	6
4. Mercados	6
4.1 <i>Comportamento da cestá alimentar básica</i>	6
4.2 <i>Diferenças de preços entre regiões</i>	7
5. Situação nutricional, saúde e saneamento	8
5.1 <i>Inquéritos nutricionais</i>	8
5.2 <i>Admissões nos Centros Nutricionais Terapêuticos e Suplementares</i>	8
5.3 <i>Saúde, Água e Saneamento</i>	8
5.4 <i>Situação do HIV/SIDA</i>	9
6. Meios de Sustento e estratégias de sobrevivência	9
6.1 <i>Actividades de geração de renda</i>	9
6.2 <i>Exploração de recursos naturais</i>	9
6.3 <i>Estratégias de sobrevivência</i>	10
7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar	10
8. Conclusão: índice integrado de vulnerabilidade	10
8.1 <i>População em situação de vulnerabilidade elevada</i>	11
8.2 <i>População em situação de vulnerabilidade moderada</i>	12
8.3 <i>População potencialmente vulnerável (grau de vulnerabilidade baixo)</i>	12
9. Recomendações	11
Anexos	
Anexo I – Risco geográfico.....	13
Anexo II – Índice Integrado de Vulnerabilidade.....	142

Resumo

Ao longo do período em análise, registou-se uma redução na circulação de automóveis nas ligações inter-municipais e comunais, quando comparado com o período anterior. O mau estado em que se encontram alguns troços das vias, agravado pelas chuvas, constituiu o principal entrave na circulação automóvel a nível da província. A partir de Novembro, devido a degradação acentuada das vias que dão acesso as sedes municipais da Banga, Ngonguambo, Quiculungo e Bolongongo e respectivas comunas, os camionistas deixaram de deslocar-se a estas áreas, tendo-se verificado apenas a circulação esporádica de automóveis ligeiros com tracção. Por falta de abertura oficial por parte do UNSECOORD as Comunas de Kiquimba (Bologongo), Cerca (Gulungo Alto), Tongo e Mano (Ambaca), continuaram inacessíveis a comunidade humanitária. Em Janeiro/04 foi fechada a via que liga o município de Samba Caju a Camabatela, por se ter encontrado uma mina AT na mesma.

Entre Novembro/03 e Abril/04, registaram-se movimentos de retorno de 32,229 pessoas as suas áreas de origem, que são os municípios de Cazengo, Cambambe, Quiculungo, Bolongongo, Samba Caju e Lucala.

A tendência dos preços dos alimentos e outros bens de consumo básicos foi de aumento entre Novembro e Janeiro e de redução entre Fevereiro e Abril. O aumento dos preços foi consequência do aumento da procura e consumo, por ocasião da quadra festiva, (período em que os comerciantes praticam geralmente preços especulativos), enquanto que a redução teve haver com o aumento da oferta de produtos como resultado das colheitas.

Fontes ligadas a Direcção Provincial de Saúde informaram que a situação nutricional das famílias não é preocupante, recomendando-se, no entanto, a continuidade das despistagens nutricionais e, onde for necessário, a realização de inquéritos nutricionais.

A malária, a sarna, as doenças diarreicas e respiratórias agudas, foram as principais patologias diagnosticadas nas unidades sanitárias da província, das quais a malária foi a que mais óbitos causou.

Nos centros urbanos, as principais actividades de geração de renda foram o comércio informal (produtos alimentares e não alimentares), venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro, venda de refeições nos mercados e quintais, prestação de serviços domésticos, estiva de mercadorias nos mercados, lojas e armazéns. Nas áreas peri-urbanas algumas famílias realizaram empreitadas agrícolas em lavras de residentes com algum recurso económico.

Nas áreas rurais, as actividades de geração de renda mais praticadas pelas famílias, foram a realização de empreitadas agrícolas, limpeza de palmares, venda de carvão e de bebidas fermentadas de fabrico caseiro e pequeno comércio informal.

Desenvolvimento da campanha agrícola:

Durante a 1ª época as quedas pluviométricas foram regulares e começaram a registar-se a partir do 2º decêndio de Outubro. Em toda a província as chuvas da 2ª época foram irregulares e o estado das culturas faz prever colheitas muito baixas para o milho, amendoim e feijão, que não contribuirão significativamente para as reservas alimentares das famílias.

Para a primeira época da campanha agrícola, foram distribuídas pelas ONGs CDR, IERA, ICUES e Caritas, sementes e instrumentos agrícolas, numa cobertura geográfica inferior a 60%.

Na faixa fronteiriça com a província do Bengo, onde se está a registar a ocorrência de uma praga ou doença que mata as mandioqueiras, afectando negativamente não só as produções actuais como as futuras, pelo extermínio dos bancos de semente de ha 2 anos para cá, o que tem obrigado as populações a mudar os seus hábitos alimentares – consumo de farinha de milho.

Principais riscos e vulnerabilidade:

Das áreas avaliadas, o risco geográfico a insegurança alimentar foi Moderado a Elevado na comuna de Terreiro, no município de Bologongo. Algumas comunas dos municípios de Ambaca, Banga, Golungo Alto e Ngonguambo e na maior parte das comunas dos municípios tradicionalmente acessíveis (Cambambe, Cazengo, Golungo Alto, Lucala) e nalgumas sedes municipais localizadas ao longo das principais vias de acesso rodoviário (Camabatela e Samba Caju) assim como na sede comunal do Tongo, o risco geográfico a insegurança alimentar foi avaliado como Moderado. Nas comunas de São Pedro da Quilemba, Zenza do Itombe e Dange ya Menha – Cambambe, e na sede dos municípios de Samba Caju, Gulungo Alto e Lucala, o risco é Moderado a Baixo, enquanto que na sedes municipais de Cambambe e Cazengo, o risco foi avaliado como Baixo.

Os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade Moderada a elevada, necessitando de ajuda alimentar imediata, são representados maioritariamente por retornados e encontram-se na comuna de Terreiro (Bologongo). Este estado deve-se a combinação de aspectos negativos de todos ou de alguns dos elementos que servem de base de análise da Vulnerabilidade a insegurança alimentar.

1. Introdução

A presente análise de Vulnerabilidade que cobre o período de tempo que vai de Novembro/03 a Abril/04, está a ser realizado numa altura em que a situação humanitária da província se caracteriza por uma melhoria geral e crescente das condições de vida das populações. Uma maior abertura em termos de acesso físico as diferentes localidades da província, tem permitido maior assistência as populações por parte dos operadores humanitários que intervêm nos diferentes aspectos da vida social.

Este relatório tem como objectivo geral actualizar os dados referentes ao risco geográfico e a vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais, fazendo recurso aos principais indicadores usualmente utilizados: Acessibilidade, Agricultura, Mercados, Saúde, Nutrição e Saneamento e Meios de Sustento e Estratégias de Sobrevivência.

A análise de vulnerabilidade e um trabalho conjunto, levado a cabo pelo grupo provincial, constituído por instituições governamentais e não governamentais que operam na província: CARITAS, CTB, IDA/MINADER, MINARS, MINSA, GEPE, OMS, UTCAH, PAM e IERA..

O relatório integra algumas constatações e deduções obtidas em relação aos cinco elementos de análise de vulnerabilidade, Identificação e caracterização das áreas em risco de insegurança alimentar, determinação do grau de vulnerabilidade dos grupos populacionais em risco de insegurança alimentar; análise cruzada do grau de vulnerabilidade geográfica e dos grupos populacionais (Índice integrado de vulnerabilidade) e recomendações gerais.

2. Acessibilidade e População

2.1 Acessibilidade. Durante o período em análise registou-se uma redução não muito significativa na circulação de automóveis de e para a província e de e para a maior parte das sedes municipais da província, com excepção dos municípios de Banga, Quiculungo, Bolongongo e Gonguambo em que a redução foi grande. Em relação a ligações inter-comunais, o mau estado em que se encontram alguns troços das vias, agravado pelas chuvas constituiu o principal constrangimento na circulação automóvel. Durante o mesmo período foi encontrada uma mina AT no troço Samba-Caju/Camabatela, tendo, em consequência desse facto, sido suspenso o uso dessa via pelo UNSECOORD. Essa situação levou a que 27,392 retornados que beneficiavam de programas sociais (medicos e outros), bem como de projectos de comida pelo trabalho, ficassem sem assistência a partir de Janeiro de 04.

Na figura 2 ilustra-se a situação dos acessos durante o período em referência. O acesso para algumas sedes comunais dos municípios da Banga (Aldeia Nova e Cariamba), Bolongongo (Terreiro e Quiquiemba) e Ngonguambo (Camame) realizou-se em picadas alternativas, devido essencialmente a pontes partidas.

Durante a estação seca, as condições de transitabilidade serão melhores na maior parte das vias e espera-se um aumento significativo do fluxo de automóveis e consequentemente de pessoas e bens.

Os municípios de Banga e Ngonguambo tornaram-se recentemente acessíveis as organizações humanitárias, estando a sua assistência as populações a expandir-se da sede dos mesmos para as diferentes comunas, aumentando assim a cobertura geográfica em termos de assistência humanitária. Em outras áreas estão sendo retomadas as intervenções que haviam sido suspensas devido a sua inacessibilidade durante a estação chuvosa.

Figura 1: Acessibilidade na província

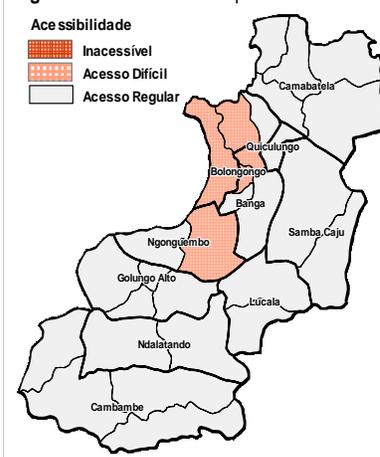
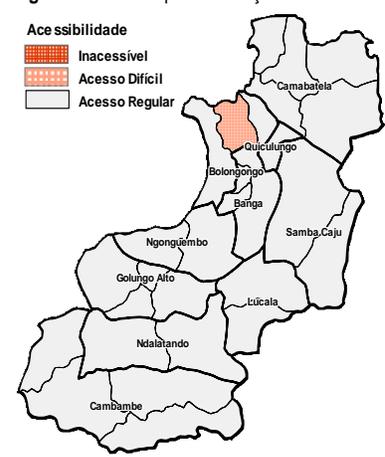


Figura 2: Previsão para a estação seca



Quadro 1 - Estimativas da População da província

Município	Total de pessoas
Ambaca	69,298
Banga	6,950
Bolongongo	11,937
Cambambe	65,111
Cazengo	111,955
Golungo Alto	24,334
Ngonguambo	9,551
Lucala	11,486
Quiculungo	5,416
Samba Caju	28,189
TOTAL	344,228

Fonte: MINSA - Secção Provincial de Imunização 2004

2.2 *População.* Os dados populacionais mais recentes foram fornecidos pelo Delegação provincial do Ministério da Saúde do Kuanza Norte, e, segundo os mesmos, a população total da província é estimada em 344,288 pessoas.

Tabela 1 - Movimento de retorno às áreas de origem de Outubro 2003 a Abril 2004

Município	Comuna	Nº Pessoas	Nº famílias
Ambaca	Camabatela	1,824	228
	Bindo	4025	1,503
	Maua	6,687	1,734
Banga	Banga	276	1,288
	Cariamba	2,090	397
	Caculo Cabaca	1,864	345
	Aldeia Nova	4,034	640
Bolongongo	Bolongongo	3,886	782
Cambambe	Dondo	126	21
Cazengo	Ndalatando	3,373	736
Quiculungo	Quiculungo	2,141	408
Samba Caju	Samba Lucala	1,903	386
Total		32,229	8,468

Fonte: Subgrupo de verificação e registo (MINARS/PAM/UTCAH)

No quadro 1 apresenta-se o número de habitantes por município.

No período em análise, registaram-se movimentos de retorno expontâneos de famílias que se encontravam em situação de deslocados nos municípios de Cazengo, Cambambe, Quiculungo, Bolongongo, Samba Caju, Lucala e nas províncias de Bengo e Luanda. As áreas de chegada são aldeias e bairros dos municípios de Ngonguembo, Banga, Quiculungo, Cazengo, Cambambe e Ambaca. Foi registado durante o período em análise um total de 32,229 pessoas retornadas as suas áreas de origem. Em relação ao semestre anterior verificou-se um aumento de 139% de retornados registados. Esse aumento justifica-se pelo facto de terem aumentado as áreas acessíveis, e, cerca de 80% da movimentação ter sido organizado pela direção provincial do MINARS.

3. Produção Alimentar

3.1 *Aspectos gerais.* Entre os meses de Novembro e Abril, os agricultores estiveram envolvidos na sementeira e plantação de milho, feijão, amendoim, mandioca, batata doce e fruteiras – primeira e segunda épocas de sementeira e na colheita das culturas de baixa, milho, feijão e hortícolas diversas, semeadas em Maio/Julho; Algumas culturas de 1ª época entraram em fase de colheita a partir do mês de janeiro.

As datas de início da sementeira e consequentemente da maturação das colheitas, estão condicionadas ao início de quedas pluviométricas regulares, pelo que o estado de desenvolvimento das culturas na província não é uniforme. À excepção do município de Cambambe onde as chuvas ocorrem com regularidade só a partir de Janeiro, permitindo cultivar apenas na 2ª época de sementeira, nos demais municípios da província a sementeira de milho, feijão e amendoim, realiza-se de Outubro a Novembro (1ª época) e de Fevereiro a Março (2ª época), enquanto que a plantação de mandioca e batata doce decorreu a partir de Outubro ate Maio.

As colheitas de feijão e amendoim semeados em Outubro, começaram a ser realizadas a partir de finais de Janeiro assim como do milho, maioritariamente colhido fresco, para consumo e venda. As colheitas de batata doce começaram a ser realizadas a partir de Março, enquanto que as famílias que possuem lavras de mandioca instaladas há mais de 12 meses vão realizando colheitas em função das necessidades.

3.2 *Análise do desenvolvimento da campanha agrícola.* Nos municípios da região Norte da província, quedas pluviométricas regulares começaram a registar-se a partir do 2º decêndio de Outubro, enquanto que nos municípios da região centro-sul as chuvas começaram a ocorrer com regularidade apenas a partir da primeira semana de Novembro. Nos municípios de Banga, Bolongongo, Samba-Caju, Quiculungo e Cazengo registou-se uma ocorrência de chuvas regulares até ao mês de Fevereiro, o que proporcionou colheitas da 1ª época boas. O mesmo já não se poderia dizer em relação as colheitas de 2ª época, uma vez que as chuvas tem sido bastante irregulares a partir do mês de Março, estando as culturas (milho, amendoim e feijão) pouco desenvolvidas e apresentando todos os sintomas de stress hídrico. Assim estima-se que as colheitas de milho, amendoim e feijão dessa época sejam insignificantes. Na região de Cambambe, as chuvas que aí se abateram a partir do 3º decêndio de Janeiro, intensas e com uma frequência quase diária, provocaram em Massangano o alagamento dos campos e a perda total das culturas.

Tabela 3 - Estimativa da produção por culturas - Retornados que cultivam pela 1ª vez

Município	Número de famílias	Milho		Feijão		Amendoim	
		Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)
Ambaca	646	193,8	20,349	129	9,804	162	14,580
Banga	400	120	12,600	80	6,080	100	9,000
Bolongongo	156	45,9	4,819	31,2	2,371	39	3,510
Cambambe	21	6,3	661	4,2	319	5,25	473
Cazengo	147	44	4,620	29,4	2,234	36,75	3,307
Ngonguembo	444	133	13,965	88,8	6,749	111	9,990
Quiculungo	82	24,6	2,583	16,4	1,246	20,5	1,845
Samba Caju	142	28,4	2,982	28,4	2,158	35,5	3,195
TOTAL	2,038	596	62,579	407,6	30,961	412	45,900

Fonte: MINADER/IDA

Durante a campanha foram assistidas 12,482 famílias retornadas com sementes e instrumentos de trabalho diversos. As famílias beneficiadas encontram-se nos municípios de Ambaca, Bolongongo, Cazengo, Ngonguembo, Quiculungo e Samba Caju.

Na maior parte dos casos a preparação das terras foi manual e as diversas culturas foram semeadas/plantadas em consociação. A área cultivada por família foi variável e esteve dependente do tempo em que a família se encontrava instalada na localidade do número de pessoas que estiveram envolvidas na limpeza e preparação da terra, da capacidade financeira da família em alugar mão de obra ou maquinaria para preparação da terra e da quantidade de sementes e material vegetativo a que as famílias tiveram acesso. Embora as principais culturas alimentares sejam produzidas em consociação, pode-se estimar que a área média trabalhada por cada família residente durante as 2 épocas seja de cerca de 1.5 ha, enquanto que a dos recém retornados e de cerca de 0.5 ha.

3.3 Estimativas de produção e reservas alimentares. Com base em dados dados quantitativos fornecidos pelo IDA/MINADER, foi possível estimar a produção total por cultura e as reservas alimentares.

Tabela 4 - Estimativa da produção por culturas - Residentes e Retornados com uma ou mais campanhas agrícolas

Município	Número de famílias	Milho		Feijão		Amendoim	
		Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)
Ambaca	13,859	6,930	1,212,750	3,465	3,465,500	3,465	259,875
Banga	1,390	695	121,625	348	34,800	348	26,100
Bolongongo	2,387	1,194	208,950	597	59,700	597	44,775
Cambambe	13,022	6,511	1,139,425	3,256	3,225,600	3,256	244,200
Cazengo	22,391	11,196	1,959,300	5,598	559,800	5,743	430,650
Golungo Alto	48,668	24,334	4,258,450	12,167	1,216,700	12,167	912,525
Lucala	10,832	5,416	947,800	2,708	270,800	2,708	203,100
Ngonguebo	22,972	11,486	2,010,050	5,743	574,300	5,742	430,650
Quiculungo	19,102	9,551	1,671,425	4,776	477,600	4,776	357,900
Samba Cajú	56,378	28,189	4,933,075	14,095	1,409,500	14,095	1,057,125
TOTAL	211,001	105,502	18,462,850	52,753	11,294,300	52,897	3,966,900

Fonte: MINADER/IDA

As famílias residentes foram capazes de constituir reservas alimentares que poderão satisfazer as necessidades de consumo dos agregados por períodos que variam entre dois (milho), sete (feijão) a doze meses (amendoim). No entanto, quer as famílias retornadas como as residentes irão obter novas colheitas de milho, feijão e amendoim (2ª época) entre Maio e Julho. As famílias que possuem lavras de mandioca instaladas há mais de 12-18 meses, dependendo da precocidade da variedade, têm neste momento mandioca pronta para consumir durante todo o ano. O amendoim, o feijão e o milho são maioritariamente destinados a venda.

Para além da actividade agrícola, as famílias criam animais (caprinos, suínos, ovinos e galinhas), que constituem uma fonte complementar quer de alimentos quer de receitas para aquisição de outros bens de consumo e/ou pagamento de serviços básicos que a família necessite. Deste modo, nos períodos de défice de alimentos, as famílias que possuem animais realizam vendas e/ou trocas para adquirir o que está em falta.

3.4 Avaliação das necessidades para a próxima campanha agrícola. Tendo em conta os resultados positivos da primeira época da campanha agrícola em curso, a maior parte das famílias residentes nas áreas tradicionalmente acessíveis terá reservas de sementes para a próxima campanha agrícola. A área geográfica prioritária para distribuições de sementes (feijão vulgar e macunde, amendoim e milho) e instrumentos de trabalho (enxadas, catanas, machados e limas), é o município de Bolongongo. As famílias que se encontram nesse município (residentes e retornados) não beneficiaram de apoio em insumos agrícolas nos anos anteriores por inacessibilidade das áreas e foram zonas onde ocorreram confrontos armados, cujos efeitos ainda se fazem sentir. Existem poucas organizações humanitárias que intervêm no sector agrícola na província, o que limita a cobertura geográfica em relação aos apoios que possam ser mobilizados. Até ao final de Abril, havia presença de organizações humanitárias nas sedes e algumas localidades dos municípios de Cazengo, Cambambe e Samba Cajú. No entanto, existem técnicos da EDA – Estações de Desenvolvimento Agrícola na maior parte dos municípios (exceptuando a Banga, Bolongongo, Quiculungo e Ngonguebo).

4. Mercados

4.1 Comportamento da cesta alimentar básica. Os mercados de Cassualala e Dondo (Cambambe), Ndalatando (Cazengo) Golungo Alto e Camabatela (Ambaca), são os que como sempre apresentam maior dinâmica em termos de circulação, diversidade e disponibilidade de produtos. A seguir a estes, surgem os mercados de Lucala e Samba Cajú onde apesar da pouca diversidade e disponibilidade de produtos existe algum movimento de mercadorias e circulação monetária. A rede comercial nestes municípios é constituída por mercados, lojas e cantinas, predominando a venda a dinheiro. Nas sedes municipais e comunais dos demais municípios, os mercados são pouco dinâmicos e a rede pouco diversificada. Para além de pequenos mercados ao ar livre, existem alguns comerciantes que ocupam infra-estruturas comerciais da era colonial onde comercializam alguns produtos. Por o grosso da população não possuir dinheiro, Nestas áreas a maior fracção de trocas comerciais é realizada através de permutas de produtos agrícolas, maioritariamente crueira e bombô, por peixe seco, petróleo, sabão, óleo vegetal,

massa tomate e panos. A venda a dinheiro é mais frequente para pequenos produtos industrializados como fosforos, agulhas, pilhas secas, etc..

Com excepção dos municípios de Banga, Bolongongo, Quiculungo, Ngonguembo, onde são tradicionais as dificuldades de acesso, exarcebadas pelas chuvas, não houve dificuldades no acesso físico aos mercados dos demais municípios e comunas da província. As vias mais utilizadas pelos automobilistas durante o período em análise foram as que ligam a cidade de Ndalatando as sedes municipais de Cambambe, Golungo Alto, Lucala, Samba Caju e Ambaca. Alguns automóveis ligeiros e pesados com tracção, utilizaram vias secundárias e terciárias que dão acesso a algumas sedes comunais e aldeias.

O acesso económico aos mercados foi bastante variável. Nos mercados dos principais centros urbanos e em algumas localidades rurais situadas ao longo das principais vias rodoviárias, onde as transações comerciais realizam-se por venda a dinheiro, o acesso económico aos produtos disponíveis nos mercados é determinado pela capacidade económica das famílias. Deste modo, os assalariados e pessoas que possuem negócios, tiveram de forma mais regular acesso aos produtos disponíveis nos mercados em relação as famílias cujas receitas em dinheiro advêm da venda de alguns produtos agrícolas, prestação de serviços ocasionais, venda de maruvo ou, nalguns casos, venda de lenha e carvão. De referir que nos mercados situados ao longo da via Luanda-Malange o maior volume de compras é efectuado pelos transeuntes utentes dessa via. Nos municípios em que as transações comerciais são a base de troca, o acesso económico aos produtos disponíveis nos mercados é determinado pela posse de produtos agrícolas, aves, caprinos, suínos ou carne de caça, que constituem a moeda de troca. Assim sendo, têm maior acesso económico aos mercados locais, as famílias que possuem reservas suficientes de feijão e amendoim; aves (galinhas e patos); animais de pequeno porte (caprinos e suínos) e os agregados que se dedicam a caça.

De um modo geral as famílias (tanto nas zonas urbanas como rurais) têm tido acesso económico aos alimentos básicos, no entanto, a quantidade e qualidade dos produtos adquiridos tem sido condicionada ao rendimento das famílias e a disponibilidade e diversidade de produtos no mercado.

Ao longo do período em análise, a tendência do custo médio mensal da cestá alimentar básica (constituída por fuba de bombô, feijão, óleo alimentar e sal) no mercado de referência de Ndalatando, foi de aumento entre Novembro e Janeiro e de descida de Janeiro a Abril. A subida do custo médio mensal da cestá a base de fuba de bombô, entre Novembro e Janeiro, foi devida a subida dos preços da fuba de bombô e feijão fundamentalmente, motivadas pelo aumento da procura desses produtos por ocasião da quadra festiva. Relativamente a redução verificada entre Janeiro e Abril, presume-se ter sido consequência do aumento da disponibilidade de fuba de bombô, milho e feijão no mercado, como resultado das colheitas dos produtos cultivados nas terras baixas e durante a 1ª época de sementeira.

A opção de compra de milho, fuba de bombô ou fuba de milho tem a ver fundamentalmente com a capacidade financeira da família e a preferência dos membros do agregado familiar.

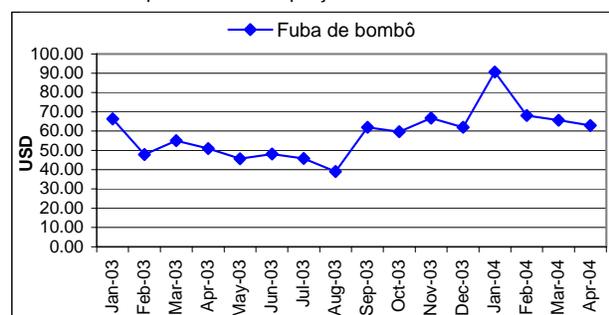
4.2 Diferenças de preços entre regiões. Existe diferencial de preços entre os mercados das zonas urbanas e rurais. Este diferencial está relacionado na maior parte dos casos com os custos de transportação e características do produto (alimentar/não alimentar e de produção local ou importado). Nos mercados da capital da província e algumas sedes municipais (Dondo, Camabatela, Golungo Alto), os produtos agrícolas, carnes, ovos e peixe seco, são mais caros que nas áreas rurais ao passo que os produtos importados, alimentares e não alimentares são mais baratos em relação aos preços praticados nos mercados fora da capital e principais centros urbanos.

A dificuldade no escoamento de produtos das áreas de produção para os principais mercados – acessos difíceis e poucas viaturas, faz com que os produtores vendam os seus produtos a preços muito baixos aos poucos comerciantes que se dirigem as áreas de produção a quem compram outros bens de consumo de que necessitam, a preços altos, o que não permite desenvolver a economia rural.

Algumas famílias que vivem em aldeias localizadas ao longo das principais vias de acesso, vendem os seus produtos nos pequenos mercados ai existentes ou nos centros urbanos mais próximos, obtendo assim maiores lucros.

Verifica-se nos principais mercados da província, um aumento da oferta de feijão, amendoim e bombô (fuba e crueira) e os preços/kg já são mais baixos em relação aos meses anteriores. Durante a estação seca, haverá com certeza um aumento significativo na circulação automóvel, aumentando assim a oferta e diversidade de produtos nos

Gráfico 1: Comportamento dos preços das cestas alimentares



Fonte: VAM/PAM

mercados. De igual modo, novas áreas já estão a ser acessíveis o que constitui para os comerciantes, mais oportunidades para desenvolverem novos negócios ou expandirem as suas actividades.

5. Situação nutricional, saúde e Saneamento

5.1 Inquéritos nutricionais. Ao longo do período em análise, não foram realizados inquéritos nutricionais e de mortalidade. No entanto, fontes ligadas a Direcção Provincial de Saúde e responsáveis da Saúde nalguns municípios visitados, informaram que a situação nutricional das famílias não é preocupante (afirmação baseada apenas em observações de sinais de desnutrição no seio das crianças menores de 5 anos).

Tendo em conta que alguns municípios (Banga e Ngonguembo) tornaram-se acessíveis apenas recentemente e não existem dados actuais sobre a situação nutricional das famílias, recomenda-se a realização de despistagens nutricionais e se necessário inquéritos nutricionais Nestas áreas e posteriormente (com base nos resultados) tomar decisões sobre o tipo de intervenção adequada no sector da nutrição.

5.2 Admissões nos Centros Nutricionais Suplementares . Durante o período em análise, esteve em funcionamento a nível da província apenas um Centro Nutricional Suplementar no município de Cazengo (Ndalatando). Os casos de malnutrição severa foram encaminhados a pediatria do Hospital de Ndalatando por inexistência de Centros Nutricionais Terapêuticos.

Foram atendidos 860 crianças, dos 6 aos 56 meses, das quais 245 (28.49%) com malnutrição severa e 645 (71.51%) com malnutrição moderada.

A tendência das admissões e readmissões no Centro Nutricional Suplementar de Ndalatando (Tiro aos pratos) no semestre em análise, foi de redução.

De entre outras razões, refere-se que a provável melhoria da situação nutricional das famílias teve a ver com o aumento da disponibilidade de alimentos a nível dos agregados – colheita dos produtos cultivados nas terras baixas e na 1ª época de sementeira. O retorno de várias famílias as suas áreas de origem, também teve influência na redução do número de crianças assistidas no Centro nutricional suplementar.

5.3 Saúde . De acordo com as informações prestadas por técnicos afectos ao Departamento de Saúde Pública e Controlo de Endemias (Secção de Vigilância Epidemiológica), as principais doenças diagnosticadas nas unidades sanitárias durante o período em análise foram a malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas, tuberculose, tripanossomiase e sarna. A malária continuou a ser a patologia que mais óbitos tem causado: dos 12,235 casos entre adultos, registaram-se 181 óbitos; dos 5134 casos registados entre crianças com idade inferior a 5 anos, verificaram-se 177 óbitos. Os meses com maior incidência de casos de malária foram os de Dezembro, Janeiro e Março. Note-se que estes dados não reflectem a realidade de toda a província, uma vez que apenas os municípios de Cazengo, Cambambe, Lucala, Samba Caju, Quiculungo e Golungo Alto forneceram dados com regularidade.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Saúde Pública e Controlo de Endemias, um total de 13,559 crianças com idades compreendidas entre 1-3 anos, que se encontram nos municípios de Ambaca, Bolongongo, Cambambe, Cazengo, Lucala e Samba Cajú, foram vacinadas contra DPT (I, II e III) durante o período Novembro/03 a Fevereiro/03.

No âmbito do programa de luta contra a Tripanossomiase, a Cooperação Técnica Belga (CTB) e a Ajuda Popular da Noruega (APN) em parceria com o Instituto de Combate e Controlo da Tripanossomiase - ICCT têm realizado prospecções activas nos municípios de Cazengo (CTB e APN) e Cambambe - Dondo (APN) e passivas nos Centros de Diagnóstico e tratamento da Tripanossomiase de Ndalatando e Dondo.

A nível da província, estão em funcionamento, Hospitais nos municípios de Cazengo, Cambambe e Golungo Alto. Os serviços são assegurados por médicos, técnicos médios e enfermeiros e não existem grandes dificuldades em termos de material e equipamento médico e em medicamentos. Existem laboratórios de análises clínicas equipados para fazer variadas análises nos Hospitais de Ndalatando e Dondo, enquanto que nos laboratórios do Hospital do Golungo Alto e do Centro Médico do Lucala realizam-se apenas pesquisa de plasmódium (GE).

Existem em funcionamento Centros de Saúde públicos nos municípios de Cazengo, Lucala e Cambambe, enquanto que em todas as capitais municipais da província há, embora em alguns casos a funcionarem precariamente em estruturas inadequadas e com suprimento de medicamentos muito deficiente, Postos de Saúde públicos e privados. Nestas unidades sanitárias a excepção dos Centros de Saúde onde existem técnicos médios e semanalmente está presente um médico, os serviços de assistência são assegurados por enfermeiros e promotores de saúde. O fornecimento de medicamentos (no âmbito do programa nacional de distribuição de medicamentos essenciais) é regular, apesar de alguns constrangimentos no envio dos kits aos municípios mais distantes da capital da província.

Os Postos de Saúde públicos de Samba Cajú e Ambaca, recebem apoio em medicamentos e pessoal técnico (um médico expatriado) da GVC, que também realizam algumas acções de formação e capacitação para promotores de saúde, parteiras tradicionais e vigilantes nutricionais. Existem unidades sanitárias sob gestão da CARITAS nos municípios de Cambambe (Dondo), Cazengo (Ndalatando), Ambaca (Camabatela), Lucala (sede) e Golungo Alto (sede), onde os serviços são credíveis e acessíveis ao bolso das famílias de baixa renda.

Nas cidades e arredores dos municípios de Cambambe (Dondo) e Lucala, existe em funcionamento sistemas de bombagem de água e rede de fontenários instalados pelo PAM, no âmbito de projectos de FFW. A população residente na periferia também recorre aos rios e poços (protegidos e não protegidos) para se abastecer de água. Nos municípios de Cazengo (Ndalatando), Quiculungo e Banga existe água canalizada distribuída por gravidade - água proveniente de nascentes nas montanhas ao redor das sedes daqueles municípios. Para além das sedes municipais também jorra água nos chafarizes de algumas aldeias dos municípios de Quiculungo, Bolongongo, Banga e alguns bairros de Ndalatando que distam cerca de 12 km da cidade. Nos demais municípios da província, as principais fontes de água para consumo são os rios, poços (protegidos e não protegidos) e nascentes. Tem-se verificado uma certa degradação nas condições de saneamento do meio nas áreas urbana e peri-urbana, devido a acumulação de lixo diverso, enquanto que nas áreas rurais são utilizados aterros sanitários e queima dos resíduos sólidos.

5.3 Situação do HIV/SIDA.

- Segundo dados fornecidos por técnicos do Laboratório de hemoterapia do Hospital Provincial de Ndalatando, durante o período em análise foram efectuados 314 testes de HIV/SIDA, dos quais foram identificados 21 casos suspeitos e as amostras enviadas a Luanda para reconfirmação.
- Fontes afectas ao Departamento de Saúde Pública e Controlo de Endemias, informaram que ao longo do semestre em análise, foram diagnosticados 2,752 casos de tuberculose dos quais 1,025 em Ndalatando (Cazengo) e 1,727 no Dondo (Cambambe). A maior parte dos pacientes estão a receber tratamento ambulatório e um número reduzido está internado nos dispensários adstritos aos hospitais de Ndalatando e Dondo.

6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência

6.1 Actividades de geração de renda. Durante o período em análise, as principais actividades de geração de renda adoptadas pelas famílias que vivem nos centros urbanos da província foram o comércio informal (produtos alimentares e não alimentares); venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro; venda de refeições nos mercados e quintais; prestação de serviços domésticos (limpeza de quintais, acarretar água e lavagem de roupa); limpeza de palmares (realizada por trepadores); estiva de mercadorias nos mercados, lojas e armazéns. Algumas famílias que vivem nas áreas peri-urbanas, também realizaram empreitadas agrícolas em lavras de residentes com algum recurso económico.

Nas áreas rurais, as actividades de geração de renda mais praticadas pelas famílias, durante o período em análise, foram a realização de empreitadas agrícolas; limpeza de palmares (trepadores); venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro e pequeno comércio de produtos agrícolas e produtos industrializados, principalmente roupas, sabão, petróleo, peixe seco, pilhas, fosforos, agulhas, etc.

6.2 Exploração de recursos naturais. As famílias tiveram oportunidades para explorar lenha e carvão quer para consumo familiar como para venda (fundamentalmente carvão). Não houve dificuldades de maior no acesso as áreas para a recolha de lenha e produção de carvão, particularmente no município de Cambambe, embora haja algumas áreas minadas conhecidas pela população. Verificou-se igualmente a venda de maruvo de bordão.

Durante o mês de Abril, em várias localidades as famílias recolheram *Ginguenga*, fruto subterrâneo de uma planta silvestre, para venda, consumo, e fabrico de bebidas fermentadas. A caça e constituiu igualmente uma actividade que proporcionou alguma renda aos agregados que a praticaram. Algumas famílias que vivem junto a rios permanentes recorreram a pesca utilizando armadilhas tradicionais.

A venda de artefactos artesanais, fabricados com bordão, folhas de palmeiras e bambú, constituíram fontes importantes de renda para as famílias que praticaram estas actividades. Durante o período em análise as populações fizeram recurso a recolha de cogumelos, frutos silvestres e larvas.

6.3 Estratégias de sobrevivência. Ao longo do semestre em análise, foi referido que algumas famílias, na sua maioria recém retornadas as suas áreas de origem, cujas reservas alimentares já haviam esgotado, adoptaram como estratégias a redução do número de refeições e a quantidade e qualidade de alimentos confeccionados. As populações recorreram muitas vezes a venda de animais para aquisição de alimentos. Uma prática comum entre as

famílias que beneficiam de assistência alimentar foi a venda e/ou troca do milho e parte dos outros produtos da cesta alimentar, para compra de bombô e outros bens de consumo que necessitavam para a sua subsistência.

As famílias que estiveram envolvidas na presente campanha agrícola, enfrentarão menores dificuldades no acesso aos alimentos nos próximos meses, quer pelas colheitas que realizaram (1ª época) como as que irão realizar (2ª época) assim como pelas diversas alternativas que terão em relação a fontes alimentares - batata doce, quizaca, larvas diversas, hortícolas, frutos silvestres, caça e pesca.

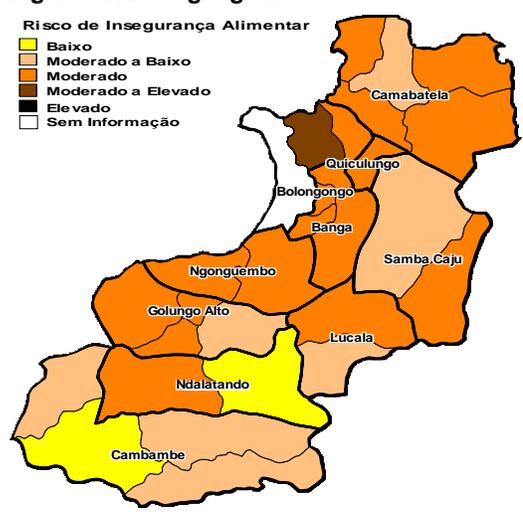
7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco a insegurança alimentar

Das áreas avaliadas, o risco geográfico a insegurança alimentar foi de Moderado a Elevado na comuna do terreiro, do município Bologongo. Na maior parte das comunas dos municípios tradicionalmente acessíveis (Cambambe, Cazengo, Golungo Alto, Lucala) e nalgumas sedes municipais localizadas ao longo das principais vias de acesso rodoviário (Camabatela e Samba Cajú) assim como na sede comunal do Tango, o risco geográfico a insegurança alimentar foi avaliado como Moderado. Nas sedes municipais de Cazengo e Golungo Alto o risco é Moderado a Baixo, enquanto que na sede municipal de Cambambe o risco é Baixo.

A figura 2 é a representação geográfica do risco geográfico a insegurança alimentar nas áreas avaliadas.

Apresenta-se em anexo I a tabela referente a classificação dos níveis de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais identificados na província. O enquadramento dos grupos baseou-se na previsão das colheitas da campanha agrícola em curso e das reservas alimentares que as famílias serão capazes de constituir; capacidade de aquisição de bens de consumo e serviços; situação nutricional; grau de severidade das estratégias de sobrevivência adoptadas e capacidade de gerar e manter rendimentos alternativos.

Figura 3. Risco geográfico



Os dados populacionais apresentados, são estimativas fornecidas pelas autoridades locais, actores humanitários, MINARS e pelos membros do Sub-grupo técnico de verificação e registo. Não há presença de organizações humanitárias na maior parte das comunas e praticamente não se realizam de forma sistemática registos dos movimentos populacionais e dos indivíduos em situação de maior risco de vulnerabilidade a insegurança alimentar (baixa capacidade de resposta aos riscos a que estão expostos).

8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade

Da análise cruzada entre o grau de vulnerabilidade geográfica e os níveis de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais, resultou o índice integrado de vulnerabilidade, apresentado no anexo II. Este índice, constitui uma matriz que fornece informação sobre o estado de vulnerabilidade dos grupos populacionais nas diferentes áreas

geográficas onde foi possível avaliar o grau de risco geográfico de vulnerabilidade a insegurança alimentar.

De acordo ao índice integrado de vulnerabilidade a nível da província do Kuanza Norte, pode-se enquadrar os diferentes grupos populacionais em duas categorias de vulnerabilidade, cujo resumo apresenta-se na tabela 5. Os grupos populacionais com vulnerabilidade elevada, necessitando de assistência alimentar imediata são representados retornados e encontram-se na comuna de Terreiro, município de Bologongo.

Tabela 9 - Índice Integrado de Vulnerabilidade

Grau de Vulnerabilidade	Grupos Populacionais				
	IDP	RET	REA	RES-V	Sub total
Insegurança alimentar	0	0	0	0	0
Vulnerabilidade elevada	0	16,270	0	300	16,570
Vulnerabilidade moderada	0	8,620	0	720	9,340
Potencialmente vulneráveis	0	0	0	3,640	3,640
TOTAL					29,550

8.1 População em situação de vulnerabilidade elevada: Integra os grupos populacionais enquadrados nos níveis II e III de vulnerabilidade nas áreas de risco geográfico Moderado Elevado; grupos populacionais do nível II nas zonas

de risco geográfico Moderado e grupos populacionais do nível I nas zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. Trata-se de famílias que têm acesso a alguma alimentação – quer proveniente da sua auto-produção como adquirida nos mercados locais, mas não são capazes de garantir de forma permanente o acesso aos alimentos, devido a sua reduzida capacidade de produção e de gerar rendimentos.

As famílias enquadradas nesta categoria, encontram-se num estágio moderado de reabilitação sócio-económica. Enfrentam várias dificuldades no acesso aos serviços básicos e outros bens que necessitam, assim como ainda é débil a sua capacidade produtiva – escassez de sementes e instrumentos de trabalho.

O acesso as zonas em que estes grupos se encontram é variável. Algumas zonas são acessíveis durante todo ano sem grandes dificuldades (zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo), enquanto que noutras o acesso é razoável na estação seca e difícil na estação chuvosa (zonas de risco geográfico Moderado a Elevado e Moderado).

8.2 População em situação de vulnerabilidade moderada: São considerados nesta categoria, os grupos populacionais enquadrados no nível III de vulnerabilidade nas áreas de risco geográfico Moderado e nível II nas áreas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. Nesta categoria, as famílias têm acesso a alimentos, bens de consumo e serviços sociais durante quase todo ano e possuem alguma capacidade de gerar rendimentos por forma a garantir a sua subsistência.

Constituem preocupações para as famílias nesta categoria, o aumento da capacidade produtiva - animais para tração e charruas, melhoramento dos serviços sociais (saúde, saneamento e educação), melhoria dos acessos por forma a melhorar as transações comerciais, assegurando assim a estabilidade dos mercados locais em termos de quantidade e diversidade de produtos.

8.3 População potencialmente vulnerável (grau de vulnerabilidade baixo): Esta última categoria contém os grupos populacionais enquadrados no nível III das zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. São consideradas nesta categoria todas as famílias que com recurso as suas capacidades e oportunidades que o meio em que se encontram oferece, são capazes de garantir o acesso a alimentação, serviços básicos e outros bens de consumo que necessitam e ainda fazer algumas economias.

As famílias que integram a categoria que se encontravam em situação de vulnerabilidade elevada no período em análise, poderão enfrentar poucas dificuldades no próximo semestre, dado haver boas indicações sobre as colheitas assim como as condições de acessibilidade permitirão aos diferentes actores sociais governamentais e não governamentais estenderem as suas acções, garantindo assim os serviços e apoios necessários para a melhoria das condições de vida das famílias. Em função da intensidade de consumo das reservas alimentares, poderão começar a surgir dificuldades no acesso aos alimentos a partir de Novembro.

Quanto aos grupos populacionais que se encontravam nas outras duas categorias de vulnerabilidade (moderada e baixa), presume-se que no próximo semestre não enfrentarão dificuldades no acesso aos alimentos, serviços básicos e outros bens de consumo. Para além da grande disponibilidade de alimentos e outros produtos que se prevê haver nos mercados com a provável redução dos preços, algumas famílias obterão boas colheitas, possibilitando a constituição de reservas e obtenção de receitas com a venda do excedente.

Relativamente a assistência alimentar, (em relação ao semestre anterior), registou-se maior cobertura geográfica e o número de beneficiários foi conseqüentemente maior. A categoria de Retornados é a que mais beneficiários integrou.

9. Recomendações

As recomendações a seguir formuladas visam prevenir a deterioração da situação de vulnerabilidade dos diferentes grupos presentes nas diferentes áreas geográficas da província e promover a implementação de acções que contribuam para a melhoria das condições de vida desses mesmos grupos. A sua implementação deve ter em conta as características dos grupos.

- Implementar projectos de reabilitação de vias de acesso secundárias e terciárias e de pequenas pontes; com recurso a comida pelo trabalho;
- Continuar com os programas de assistência alimentar aos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade elevada ate que nova avaliação seja realizada;
- Promover projectos de fomento de animais de pequeno porte (cabras, porcos e aves), sobretudo nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade elevada;
- Continuar a priorisar em próximas distribuições de insumos agrícolas as famílias recém retornadas em áreas de difícil acesso (de vulnerabilidade elevada);

- Expandir os programas de multiplicação de material vegetativo e de sementes (mandioca amendoim, feijão e milho) com prioridade para as áreas que ficaram muito tempo inacessíveis, identificadas como sendo de risco Moderado a Elevado a insegurança alimentar); junto ao MINADER procurar identificar a praga ou doença que está a matar as mandioqueiras na orla fronteira com a província do Bengo;
- Refomentar o uso da tracção animal com prioridade para as áreas tradicionais de criação de gado;
- Melhorar o abastecimento em medicamentos nas unidades sanitárias (principais e periféricas);
- Expandir os programas de reciclagem/capacitação/formação de enfermeiros, promotores de saúde e parteiras tradicionais;
- Expandir os projectos de reabilitação de infra-estruturas sociais (escolas e postos de saúde);
- Estender as acções de sensibilização sobre educação para saúde, nutrição e saneamento básico as novas áreas acessíveis e zonas de retorno de famílias;
- Expandir os programas de melhoramento das fontes de água e saneamento do meio para as novas áreas acessíveis e zonas de retorno de famílias;
- Expandir e reforçar os programas de vigilância epidemiológica e despistagens nutricionais;
- Expandir os programas de sensibilização sobre o HIV/SIDA e outras doenças de transmissão sexual;

Anexo I: Risco geográfico de vulnerabilidade

Áreas Geográficas		Acessibilidade	Agricultura	Actividades económicas e mercados	Saúde, Nutrição e Saneamento	Mecanismos de sobrevivência	Grau de risco
Municípios	Comuna/ Localidade						
Ambaca	Camabatela	±	+	±	±	±	MB
	Luinga	-	±	±	±	-	M
	Tango	-	±	-	-	±	M
	Maua	-	±	±	-	-	M
	Bindo	±	-	-	-	±	M
Banga	Banga	±	-	-	±	-	M
	Aldeia Nova	-	±	-	±	-	M
	Caculo Cabaça	±	-	-	±	-	M
	Cariamba	±	-	-	±	-	M
Bolongongo	Bolongongo	±	-	±	±	-	M
	Terreiro	-	±	--	--	-	ME
	Quiquiemba	--	?	?	?	?	?
Cambambe	Dondo	+	±	+	+	+	B
	Massangano	±	-	±	±	±	M
	S. Pedro da Quilemba	±	±	±	±	±	MB
	Zenza do Itombe	±	±	±	±	±	MB
	Dange – Ya – Menha	±	±	±	±	±	MB
Cazengo	Ndalatando	+	±	+	+	±	B
	Canhoca	±	±	--	-	±	M
Golungo Alto	Golungo Alto	±	±	±	+	±	MB
	Cambondo	±	±	±	-	-	M
	Cerca	-	±	±	-	-	M
	Kiluange	-	±	±	-	-	M
Ngonguembo	Quilombo dos Dembos	±	±	-	-	-	M
	Camame	-	±	-	-	±	M
	Cavunga Kapacassa	±	±	-	-	-	M
Lucala	Lucala	±	±	±	±	±	MB
	Kiangombe	±	±	±	±	-	M
Quiculungo	Quiculungo	±	±	-	±	±	M
Samba Cajú	Samba Cajú	±	+	±	±	±	MB
	Samba Lucala	±	±	-	-	±	M

Anexo II: Índice integrado de vulnerabilidade

Áreas Geográficas			Grupos Populacionais															
Risco	Local.	Mun.	I				Sub TOTAL	II				Sub Total	III				Sub Total	TOTAL
			IDP	RET	REA	RES		IDP	RET	REA	RES		IDP	RET	REA	RES		
ME	Terreiro	Bolongongo	0	0	0	0	0	0	3,500	0	0	3,500	0	0	0	0	0	3,500
SUB TOTAL			0	0	0	0	0	0	3,500	0	0	3,500	0	0	0	0	0	3,500
M	Bindo	Ambaca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,000	0	0	4,000	4,000
M	Maua	Ambaca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,000	0	0	3,000	3,000
M	Kiluanje	Golungo- Alto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Luinga	Ambaca	0	0	0	0	0	0	500	0	0	500	0	0	0	0	0	500
M	Tango	Ambaca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Aldeia Nova	Banga	0	0	0	0	0	0	4,000	0	0	4,000	0	0	0	0	0	4,000
M	Quilombo dos	Ngonguambo	0	0	0	0	0	0	3,000	0	0	3,000	0	0	0	0	0	3,000
M	Cerca	Golungo- Alto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Banga	Banga	0	0	0	0	0	0	270	0	0	270	0	0	0	0	0	270
M	Caculo Cabaca	Banga	0	0	0	0	0	0	1,500	0	0	1,500	0	0	0	0	0	1,500
M	Bolongongo	Bolongongo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Quiculungo	Quiculungo	0	0	0	0	0	0	2,000	0	0	2,000	0	0	0	0	0	2,000
M	Kiangombe	Lucala	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Samba Lucala	Samba Caju	0	0	0	0	0	0	1,500	0	0	1,500	0	1,500	0	0	1,500	3,000
M	Canhoca	Cazengo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Massangano	Cambambe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	Cambondo	Golungo- Alto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUB TOTAL			0	0	0	0	0	0	12,770	0	0	12,770	0	8,500	0	0	8,500	21,270
MB	Camabatela	Ambaca	0	0	0	0	0	0	0	0	450	450	0	0	0	500	500	950
MB	S.Pedro	Cambambe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120	120	120
MB	Zenza do Itomb	Cambambe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MB	Dange-Ya- Mer	Cambambe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120	120	120
MB	Lucala	Lucala	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100	0	0	0	300	300	400
MB	Samba Caju	Samba Caju	0	0	0	0	0	0	0	0	80	80	0	0	0	500	500	580
MB	Golungo-Alto	Golungo-Alto	0	0	0	0	0	0	0	0	90	90	0	0	0	100	100	190
SUB TOTAL			0	0	0	0	0	0	0	0	720	720	0	0	0	1,640	1,640	2,360
B	Ndalatando	Cazengo	0	0	0	300	300	0	0	0	0	0	0	0	0	2,000	2,000	2,300
B	Dondo	Cambambe	0	0	0	0	0	0	120	0	0	120	0	0	0	0	0	120
SUB TOTAL			0	0	0	300	300	0	120	0	0	120	0	0	0	2,000	2,000	2,420
TOTAL GERAL			0	0	0	300	300	0	16,390	0	720	17,110	0	8,500	0	3,640	12,140	29,550